

Credores receberão

Economia

Brasília, quarta-feira, 23 de dezembro de 1992

11

US\$ 150 mi em janeiro

Será de 150 milhões de dólares, no início de janeiro, o primeiro pagamento do Brasil aos bancos credores privados, em consequência do acordo aprovado esta semana pelo Senado. A previsão do Banco Central (BC) é de que contra os 5,2 bilhões de dólares (1,3 por cento do PIB) que serão pagos este ano, o País desembolsará cerca de 4,4 bilhões de dólares (1,1 por cento do PIB) no próximo ano aos bancos privados, Fundo Monetário Internacional e Clube de Paris. Ou seja, haverá uma redução de 800 milhões de dólares nos juros, por conta do acordo.

“O Acordo abre perspectivas muito importantes de retorno de investimentos externos e não deve ser encarado somente do ponto de vista do pagamento”, avalia o presidente do BC, Gustavo Loyola. Os 150 milhões de dólares serão pagos aos bancos dez dias após a publicação da minuta do acordo no **Diário Oficial**, por conta da diferença da elevação de 30 por cento para 50 por cento, dos juros correntes do setor público. Essa elevação é retroativa a janeiro deste ano e será paga em duas etapas: o primeiro pagamen-

to se refere ao que venceu entre 9 de julho e dezembro.

Estaca zero —O que venceu de janeiro a 8 de julho, cerca de 170 milhões de dólares, será pago aos bancos no início de março (10 semanas após a aprovação pelo Senado), se houver adesão de 95 por cento dos 600 bancos credores. Segundo Loyola, ao contrário do governo argentino, o Brasil deixou claro no acordo que se as opções escolhidas pelos bancos forem desfavoráveis ao País, “podemos dizer não e voltar tudo à estaca zero, se necessário.” O acordo da Argentina não dava essa garantia e os bancos escolheram a opção que menos reduzia a dívida.

Em janeiro, uma equipe de negociadores brasileiros fará o que chamam de **road-show**, viagens por diversos países para “vender” o acordo. A escolha entre os sete tipos de bônus propostos no acordo deverá ocorrer até março, mas na prática a data não está fechada. Loyola prevê que a assinatura do acordo ocorra somente por volta de setembro de 1993. “A conclusão do Acordo envolve complexidades domésticas, como a transferência efetiva do contro-

le da dívida externa do setor público (Federal, estatais e estados e municípios) para o Departamento do Tesouro Nacional”, explicou.

A partir da opção dos bancos pelos diversos instrumentos de reescalonamento, o Brasil passará a assinar contratos individuais, se entender que as opções são benéficas ao País. A troca da dívida nova pela dívida velha poderá se dar em 31 de julho ou 30 de novembro do ano que vem.

Reservas —O Banco Central registrou em outubro reservas cambiais recordes de 19,4 bilhões de dólares, disponíveis para utilização imediata. Além desses recursos, o BC mantém separados 2,3 bilhões de dólares para o caso de um retorno repentino de capital ao exterior, promovido por investidores e especuladores. Em novembro, o Banco Central fez aquisições de sobras do mercado de câmbio, mas o volume das reservas manteve-se estável em virtude de movimentos de compra feitos pelos bancos brasileiros e um pagamento de juros aos bancos estrangeiros de aproximadamente 800 milhões de dólares.